08 2005

Livre Cooperação

Christoph Spehr

Transcription of a video by O. Ressler,
recorded in Bremen, Germany, 32 min., 2003

A utopia política não seria obsoleta nos dias modernos ou pós-modernos. Não é algo que tenha de ser deixado de fora hoje mas, naturalmente, há algumas coisas, alguns aspectos, que têm de ser diferentes. A utopia política, o pensamento utópico de hoje, tem que se diferir da maioria das coisas que hoje reputamos como utopias políticas. Eu acho que a primeira coisa importante é que ela têm de ser não-prescritiva. A maioria dos pensamentos utópicos é prescritiva, no sentido de que dita ao povo o que fazer. A idéia que está por detrás disso é que, se foram estabelecidas as regras apropriadas, então a sociedade fluirá em ordem. Estas regras, porém, têm de ser respeitadas, é claro. É como uma gaiola feita pelo autor da utopia, onde se pode colocar as pessoas dentro. Se seguirem as regras, funciona. Isso, acho eu, é algo inaceitável hoje, e jamais poderá ser uma utopia livre. Portanto, deve-se construir a utopia no fato de que as pessoas façam o que querem. Não se pode impor nossas idéias da consciência correta, do certo e do errado, não se pode excluir certos desejos, algumas ações como erradas. Isto é o que você tem que fazer. Julgo isto muito importante.
Julgo também necessário que o pensamento utópico não seja elitista, no sentido de que exista uma elite com o direito à

autoconfiança, ao conhecimento certo. Um grupo decisório de pensadores científicos que possa definir aos demais qual é o caso real, mas sim devemos construir a utopia numa comunidade igualitária, onde não importa o que as pessoas leram e com que teorias estejam familiarizadas. Sim, tem que funcionar com pessoas diferentes, e estas têm de ter a possibilidade de participar em bases de igualdade. Elas não devem ser excluídas. O acesso a esta utopia não deve ficar restrita ao questionamento de onde a pessoa, de onde o povo provém.

Também acho que hoje as utopias políticas não podem mais ser hierárquicas. Com isto eu não me refiro à questão da hierarquia e organização, mas a uma hierarquia de coisas maiores e coisas menores, no terreno do social. Umas vistas como importantes e outras vistas como não tão importantes - o que é típico de utopias clássicas. Na verdade, sabemos de muitos pensamentos utópicos que rezam: "O núcleo dos negócios, que chamamos de economia, é o que fazem as grandes empresas. É como as ferramentas são feitas, e outros aspectos como criar crianças ou desenvolver trabalho criativo, agir em conjunto de maneira modesta e adequada, são coisas menores e devem seguir as regras dos demais. Eu acho isso ilegítimo - porque isso vem sempre combinado com uma hierarquia entre pessoas diferentes, fazendo coisas diferentes, nessas sociedades utópicas - e julgo tratar-se de um caso transparente de desigualdade. Portanto, pode-se dizer que é preciso trazer a utopia de volta à cozinha. Tem que funcionar lá. E as regras da cozinha têm de ser aquelas das grandes corporações - não o contrário. Tudo que as pessoas fazem juntas é uma espécie de cooperação, porque elas compartilham o trabalho e empregam o trabalho, a experiência e a existência física de outros - também de maneira histórica, direta e indireta. E, embora existam dois extremos, a cooperação livre e a forçada, a maioria do que conhecemos na maior parte das sociedades é cooperação forçada.

Há três aspectos que devem ser levados em conta, se a idéia é construir livre cooperação. O primeiro é que todas as regras dessa cooperação possam ser questionadas por todos, não havendo regras santificadas que a pessoa não possa questionar ou rejeitar ou barganhar e negociar - que não é o caso na maioria das formas de cooperação e de organização que conhecemos hoje.
E o segundo aspecto que tem de ser assegurado, para a cooperação livre, é que as pessoas possam questionar e alterar as regras por meio dessa força primária material, que é a recusa de cooperar. De restringir sua cooperação. De impedir o que queiram fazer com essa cooperação, estabelecendo condições sob as quais essas pessoas queiram cooperar, ou queiram sair da cooperação. Elas têm de ter assegurado o direito de empregar essas medidas para influenciar as regras e que todos, na cooperação, possam fazer isso.
O terceiro aspecto - importante, porque doutra forma se constituiria apenas em chantagem dos mais poderosos sobre os menos poderosos - é que o preço da não cooperação, o que custa, caso se restrinja a cooperação, ou se a cooperação se divida, devia ser ... não exatamente igual ...mas semelhante para todos os participantes da cooperação. E deveria ser acessível. Isso quer dizer que pode ser feito, não é impossível, não é uma questão de mera existência, cooperar dessa maneira.
Por conseguinte, se essas três condições forem garantidas, a cooperação é livre ou pode ser livre, porque todos podem questionar e alterar as regras. Podem negociar a respeito das regras, usando seu poder para restringir o que estiver sendo colocado nessa cooperação, ou podem se retirar e procurar outra maneira de cooperar com outras pessoas ou outros grupos. E a idéia é dizer que este terceiro aspecto, o preço, que não é necessariamente dinheiro, o que custa dividir ou restringir a cooperação - para tornar este custo igual e acessível para todos os participantes -- é o núcleo da política de esquerda. Esse é o núcleo real dos negócios. É isso que a

política de esquerda faz: ela ajusta as regras de modo que as pessoas tenham o mesmo poder para influenciar as regras, porque o preço que lhes custa, se houver ruptura ou restrição do engajamento, é o mesmo para todos.

Um bom exemplo de livre cooperação é a maneira como as mulheres dos zapatistas agiram na fase em que o movimento irrompera e quando tinha de ser tomada a decisão de como lutar, quando lutar contra o governo mexicano e quando usar até mesmo a força militar. Porque, de acordo com as notícias, houve uma assembléia de mulheres, que tomaram parte no movimento, e elas deixaram claro que haveria certas condições para elas participarem da luta e o que queriam realizar: questões de representação no movimento, de reconhecimento do direito das mulheres por parte do movimento. Caso isso fosse feito, elas participariam. Caso contrário seria apenas um "não- por parte delas. E eu julgo este um bom exemplo porque é algo que deu errado em muitos movimentos nacionais e coloniais de libertação que conhecemos. Porque a forma era a questão principal... Agora era preciso lutar contra um sistema colonial, todos têm de se juntar, na luta, e outras questões têm de ser abordadas posteriormente - o que, é claro, não funciona, porque o ponto em que se começa é o ponto onde devem ser iniciadas algumas negociações básicas. E aquelas mulheres se valeram de seu poder, quer dizer, usaram sua possibilidade de recusa em entrar no movimento, impuseram condições pela sua cooperação e o fizeram de uma maneira baseada no seu poder como grupo. Não houve razão para se infiltrarem na base formal do poder decisório do Movimento Zapatista. Essas coisas atuam independentemente de como aquelas estruturas são organizadas. Elas vieram juntas, como um grupo, e disseram: Participaremos, desde que, ou desde que não... ou não. E isso é também típico, porque não era necessário que todos conhecessem seus motivos e suas razões e não era

necessário que explicassem tudo a todos. É apenas uma negociação que acontece e sobre a qual se pode tomar uma decisão. E eu acho que isto é muito importante na livre cooperação e sua força primária, porque aproxima-se do ponto onde essa força se perde, na maioria dos sistemas de apresentação formal, do processo decisório formal - do quanto é deixado fora porque não se encaixa no sistema. Mas, no exemplo dado, essa força foi realmente exercida.

Se tentarmos nos aproximar do conceito de livre cooperação, se perguntarmos que tipo de políticas se derivam desse conceito, julgo necessário propiciar uma espécie de visão geral dos tipos de instrumentos utilizados nas cooperações forçadas. Que níveis de força existem, na sociedade, e o que é necessário para todo grupo que queira se libertar e combater isso. Se o fizermos, veremos também que diferentes movimentos sociais vem se centrando e enfocando diferentes aspectos da cooperação forçada, o que reflete uma contradição entre eles. Nem todas essas contradições são necessárias; muitas delas podem ser explicadas por diferentes contextos históricos e por uma situação diferenciada.
Julgo que, de um lado, é útil deixar claro que a força é exercida em diversos níveis, digamos, em cinco níveis diversos, desde a força direta, força material, força bruta, como queiram, até várias formas de força econômica. Força econômica que se utiliza de dependência, diferentes níveis de controle, para formatos de força social mais genuínos, tais como discriminação, para a qual é necessário somente uma forma especial de comportamento de pessoas num grupo, não necessariamente qualquer coisa mais drástica.

Há também um nível que tem a ver com o controle do público. O controle de quem pode falar e quem é ouvido, na sociedade, e existe um nível que tem a ver com formas de dependência, em geral, porque quanto mais dependente a pessoa for, na cooperação, menos estará livre em sua ação para combatê-la.

Estas são formas diferentes de força e, por outro lado, pode-se fazer uma espécie de matriz. Existem algumas providências que têm de ser tomadas, por parte de cada indivíduo ou cada grupo que se queiram liberar. Primeiro, é preciso desmantelar os instrumentos de dominação, é preciso abandonar a idéia de usá-los para coisas melhores. Conquistar cidadelas e então implementar uma política melhor -- não, é preciso derrubar por terra esses instrumentos de força, é preciso encontrar maneiras alternativas de cooperação e negociação, regras alternativas do social, as quais ... Eu emprego o termo de política de relacionamentos, porque isso é usado na discussão feminista italiana. Pode-se também dizer que é preciso encontrar formas alternativas de socializar, que é preciso desenvolver novas habilidades sociais, que não possuímos ou que perdemos, em nossos sistemas sociais. Porque não fomos treinados em como negociar com cada um. É preciso também desenvolver formas de se tornar independente e formas de articulação, articulação crítica, de clamar por espaço público. Portanto, se isso for feito, teremos em mãos uma espécie de matriz, e então veremos que o conceito de política de livre cooperação não é algo que alguém invente como planta baixa. É algo que se origina de movimentos sociais que datam dos séculos 20 e 21.

É muito importante que o conceito de cooperação livre não venha a ditar maneiras especiais de estruturar as sociedades, ou quaisquer outros níveis do social. É apenas um caminho de como as decisões são tomadas e pode, e irá, sempre incluir a criação de regras que permitam a grupos e pessoas tomarem decisões que não são tomadas por todos os membros desse grupo. Isso também permite que os grupos digam: queremos aqui uma regra especial, necessária para nós no momento, e que pode não ser a idéia final no longo curso, mas que possamos escolher, desde que haja uma garantia de que possa ser revertida. Acho isto importante porque permite a

grupos, movimentos e grandes comunidades de estudarem, experimentarem e ajustarem suas formas de acordo com os problemas que enfrentem.

Tendemos a ser muito críticos de outras comunidades ao apontar aspectos que, na verdade, correm contra a noção de liberdade e igualdade. Dizemos, este movimento de liberação, em sua luta, tem uma espécie de hierarquia militar. Creio que esse não é o ponto, porém. O ponto é: é possível para estes grupos reverterem esta decisão? Trata-se realmente de uma decisão tomada sob condições de igualdade e de livre motivação pelos participantes, por ser necessária nessa luta? Ou se chegou a um ponto onde não é mais possível parar, onde parar é impossível devido a novas desigualdades para retirar a decisão?- o que, é claro, é o caso de muitos exemplos, mas esta é uma questão diferente. Julgo ser possível questionar o que outras comunidades fazem, desta maneira, mas isso não quer dizer que eu posso falar-lhes e decidir o que é bom para eles agora. Porém posso destacar problemas e desenvolvimentos que vejo, e apontar onde realmente não existe mais possibilidade de tomar decisões livres e igualitárias, nem qualquer cooperação.

Um ponto interessante levantado muito freqüentemente é: o que significa livre cooperação como espécie de conceito econômico. É possível tocar uma organização de negócios como livre cooperação? Que significa? Como parece? Não seria impossível, porque as empresas não podem se dividir se as pessoas que trabalham lá discordam dos rumos da empresa para o futuro. E será que isso não insere um elemento de instabilidade em todo o sistema? Temos que descartar isso? Não é a livre cooperação baseada em condições tais que todos tenham o suficiente para comer e levar uma qualidade de vida decente? E isso é garantido pelo que o processo econômico faz. Não é, em si mesmo, algo sujeito a livre cooperação.
E eu considero este um ponto muito importante porque,

naturalmente, as empresas podem ser tocadas como livres cooperativas. E, novamente, sabemos de exemplos disto e de diferentes espécies de projetos sociais que lidam com dinheiro, que produzem coisas e funcionam como livres cooperativas, com as pessoas negociando, concordando e se dividindo, caso não concordem mais, e encontrando caminhos de como fazê-lo de maneira igualitária e justa. E também temos exemplos desse chamado setor terciário, onde grupos lidam com dinheiro e capital públicos, que lhes é passado para alcançarem resultados especiais, mas os quais são também livres, quanto aos caminhos que escolham. Acho que esses exemplos existem e, está claro, é algo que mudaria as estruturas das empresas de forma radical, porque, se o conceito for aplicado, então fica evidente que temos de fazer muito em cada organização econômica concentrada. Isto descarta a possibilidade de que haja pessoas que possuam um conhecimento tão especial de que nada é possível fazer sem elas, por exemplo. Portanto, também é preciso ficar implícito que se inclui processos de distribuição de conhecimento e habilidades. Também exige-se um ambiente onde seja possível, para as pessoas, se desligarem e sair, sim, por existirem outras possibilidades para elas - o que significa que elas mantenham sua forma material de existência garantida, não dependam de seu emprego, lá. Isto significa que os investimentos públicos são afetados de maneira que não existe apenas uma estrutura onde eu possa trabalhar graças aos meus conhecimentos profissionais, eu posso escolhê-la e ela me garante que eu posso tirar minha parte justa do todo para mim. Isso, é claro, é uma questão radical, porém absolutamente necessária. E não vejo porque seria impossível para as empresas se dividirem se houver desacordo sobre seu curso futuro. Já vemos isso hoje: grandes capitais se dividindo em pequenos capitais, recombinando o todo. Isso acontece e achamos tudo muito natural e, mesmo assim, não podemos imaginar que as pessoas que trabalham lá, que

cooperam lá o façam elas próprias.
E julgo que exista um outro importante aspecto que é, se mencionarmos empresas como forma de livre cooperação: precisamos de formas para trazer pessoas de fora. Este era um ponto cego, mesmo em experiências de países socialistas que chegaram perto - como a idéia de uma democracia do povo, dentro da empresa - mas que excluía todos de fora. Portanto, também necessitamos garantir sua forma de cooperação - porque elas permitem que as empresas façam suas coisas - e que sejam representadas de alguma forma. Acho que precisaremos de muita experiência prática para conseguir isso. Também necessitamos de uma revisão dos experimentos históricos, o que não é feito hoje. E julgo isso crucial, porque a questão de como lidar com esse poder econômico, claro, é o núcleo de como lidar com o poder social.

A questão principal, com referência à implementação de livre cooperação no mundo de hoje, claro, é a questão da propriedade. Acho que é preciso sublinhar a idéia de que toda a propriedade, ou capital social, baseia-se no trabalho coletivo, claro. E não somente no trabalho de quem vive hoje, é algo que também capitaliza as atividades, o trabalho, o pensamento de pessoas do passado, de um grande número de pessoas e suas vidas. Portanto, este tipo de capital, com cuja forma nos preocupamos no sentido, digamos, conhecimento técnico ou social, no sentido de capital industrial, de capital intelectual, o que é importante hoje em dia, é algo que não pode pertencer a um pequeno número de pessoas somente porque são os CEO's da empresa - isso é apenas ridículo. Por outro lado, a propriedade, o acesso ao capital, é algo necessário ao povo. Não é nada que se possa ter vergonha de reclamar uma parte da propriedade, no mundo, porque carecemos do trabalho dos outros, precisamos de acesso ao capital para fazer coisas, para sobreviver. Portanto, não é concebível dizer que não existem formas de

propriedade de modo algum. Não creio que seja concebível dizer que deveríamos ter uma sociedade ou comunidade onde todos façam o que querem e peguem o que quiserem. Portanto, são necessárias regras para acessar a propriedade, e acho que isso inclui a necessidade de transferir a propriedade, de distribuir a propriedade de maneira mais igual do que se faz hoje. E é preciso ficar claro que isto é processo que exige passos necessários. Porque temos de reconhecer que a propriedade nem sempre é algo que se possa cortar em fatias e distribuir. Portanto, este é um processo de reformatar a propriedade numa sociedade, de redistribuí-la.

Um ponto importante, que tem de ser abordado hoje, é a mobilidade de capital. É justamente o oposto da idéia de livre cooperação em que, se houver ruptura -- se as pessoas não quiserem mais cooperar ou possuem idéias diferentes do que essa cooperação deveria realizar -- então o preço da ruptura, da reformatação da cooperação, devia ser igual. E isto é exatamente o oposto do que o capital das grandes corporações faz nos dias de hoje, porque se gaba de dizer que pode levá-lo, e tudo que se mover com ele, para outros lugares onde as pessoas possam ser mais obedientes. E isto é algo que tem de ser restringido. Caso contrário não é possível desenvolver formas de redistribuição de propriedade, de alterar as regras de modo algum.

Os mercados capitalistas têm alguns aspectos que não podem ser transferidos para a livre cooperação. Por exemplo, é inaceitável que, quanto mais sucesso determinado participante do mercado fizer, mais o mercado pode ser excluído de outros concorrentes. E torna-se claro que, nos mercados capitalistas, o principal aspecto da concorrência não está melhorando, nem tendo idéias melhores, e sim aplicando mais força contra os outros para produzir por menor custo. É claro que este não pode ser um elemento de mercado na livre cooperação.

A situação é, não que não conheçamos nenhuma alternativa, ou que não haja contradição e nenhum movimento contra para a maioria das formas de falta de liberdade e desigualdade. O problema é que eles não apoiam a propriedade uns dos outros, que os movimentos são muito específicos em seu ambiente cultural e excluem um bocado de outras pessoas. Este é o caso, ainda hoje, e eu creio ser muito urgentemente necessário um processo de maior e mais profundo entendimento entre os diferentes movimentos, um processo de abertura cultural, e novos laços entre o cotidiano e todas as formas de cooperação, cooperação alternativa e o que geralmente achamos que sejam grandes questões políticas.

Não existe mudança real, na sociedade e em suas estruturas, sem passos - mas esses passos têm de consistir em reformas, no sentido de que elas não apenas se valham dos movimentos mas também das instituições. Não podemos nos livrar de todas as instituições, precisamos também construir algum respaldo legal, porque é dessa forma que parte da luta é feita. Aqui estamos sempre em perigo de não perceber que isso é apenas parte da luta e que se deve pensar a respeito - de maneira utópica - sobre a direção que estamos seguindo. O caminho para uma sociedade utópica não é alcançado somente acumulando-se reformas diferentes em itens diferentes. Também exige alguma forma de sentido, que não é encontrado como uma verdade, mas que é o resultado de negociação entre movimentos emancipatórios. Portanto, eu penso que hoje existam muitas idéias em desenvolvimento, no mundo, que se relacionam a conceitos como livre cooperação, e que podem ser alvo de interessante discussão. A discussão é essencial, porque esta espécie de diálogo entre diferentes idéias, pessoas diferentes, grupos diferentes, é necessária para construir coalizões, que é o que precisamos hoje.

Tradução: Itaucultural Institute, Sao Paulo